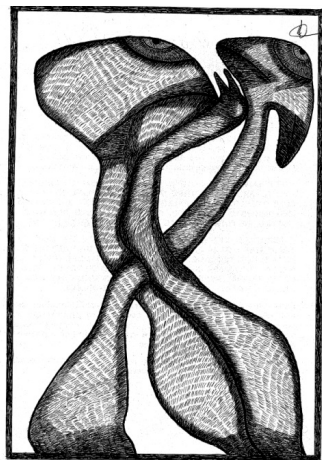


SADC: análise do contexto histórico e político (1970-1992)

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA E PAULA GRAÇA SACAVINDA

Resumo: O artigo aborda a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), seu surgimento, contexto histórico, político e integração regional, a partir da revisão bibliográfica e de pesquisa documental. Terminada a II Guerra Mundial, na África, criam-se movimentos nacionalistas para descolonização, desenvolvimento e união entre países. A SADC surge das tensões entre dominação colonial e conflitos da África do Sul. Os países unem-se em bloco para reduzir a dependência econômica da África do Sul e isolar o *apartheid*.

Palavras-chave: Integração regional. África Austral. SADC. Apartheid.



SADC: Analysis of the historical and political context (1970-1992)

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA

Professor de Relações Internacionais e Ciências Sociais da UNILAB, Campus dos Malês, Bahia, e integrante do grupo de pesquisa África-Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem como áreas de interesse: multiculturalismo, cooperação, desenvolvimento e globalização nas Áfricas. E-mail: ercilio.langa@gmail.com

PAULA GRAÇA SACAVINDA

Bacharel em Humanidades pela UNILAB e integrante do grupo de pesquisa África-Brasil. Tem como áreas de interesse: multiculturalismo, cooperação, desenvolvimento e globalização nas Áfricas. E-mail: paulacristingracas@gmail.com

Abstract: The article addresses the Southern African Development Community (SADC): its emergence, historical and political context and regional integration, based on literature review and documentary research. After World War II, Africa saw nationalist movements for decolonization, development and unity between countries. SADC arose from tensions between colonial rule and South African conflicts. Countries united in a bloc to reduce South Africa's economic dependency and to isolate *apartheid*.

Keywords: Regional Integration. Southern Africa. SADC. Apartheid.

RECEBIDO: 09/09/2019

APROVADO: 25/10/2019

1 Introdução

África Austral é a região localizada mais ao sul do continente africano, também conhecida como África Meridional, sendo banhada pelo Oceano Índico na sua costa Oriental e pelo Atlântico na costa Ocidental. É constituída por quinze países – África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Ilhas Seychelles – que constituem o bloco político-econômico conhecido por Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).¹

Neste artigo, temos por finalidade compreender o surgimento do bloco regional SADC, bem como analisar as origens do processo de integração vivenciado no período compreendido entre 1970 e 1992. Tal como a região Austral de África, a SADC passou por transformações, tendo mudado o nome, os objetivos e as metas, conforme o contexto histórico e sociopolítico. Diante desse cenário, enunciamos a questão norteadora deste artigo: qual o contexto histórico e sociopolítico que contribuiu para o surgimento da SADC?

Partimos da hipótese de que o bloco surgiu com o objetivo de combater as agressões dos regimes racistas e segregacionistas de minorias brancas – particularmente a hegemonia da política do *apartheid* sul-africano – na região. Tal desafio criou solidariedade e cooperação entre os países da região e por quase todo o continente africano.

Na sua definição etimológica, *apartheid* significa “desenvolvimento separado” e a palavra provém da língua *africâner* falada pela minoria branca na África do Sul. *Apartheid* foi uma política de segregação racial que separava brancos dos não brancos, em um regime em que a violência racial, a tortura e os assassinatos eram legitimados pela lei. Teve o seu início oficial em 1948 e durou até 1992, quando o regime foi desmantelado com a realização das primeiras eleições gerais livres na África do Sul. O regime pregava e obrigava a separação racial entre brancos e negros, em casos de utilização de banheiros, entrada de prédios, serviços públicos

1 A SADC tem a sua sigla devido ao nome do bloco em inglês: *Southern African Development Community*.

e privados, casamentos interraciais, assim como impedia a população negra de circular nas cidades sem o porte de um passe, criando os *bantustões*, áreas reservadas para os povos africanos, cercadas de arame farpado. De acordo com Pereira (2008, 2012), a ideologia da superioridade racial dos brancos sobre os negros, as diversas leis segregacionistas, as diferentes formas de exploração e a expropriação de terras da população negra iniciam muito antes, no século XIX.

Na historiografia africana, a década de 1960 é chamada de “década de África”, porque, nesse período, mais de dezoito territórios então colonizados e ocupados pela França (Argélia, Benin, Chade, Costa do Marfim, Camarões, Burkina Faso, Gabão, Madagascar, Maurîtânia, Níger, Mali, República Democrática do Congo, República do Congo, Senegal, Togo) e Grã-Bretanha (Gâmbia, Nigéria, Somália) alcançaram as suas independências. Vários outros países alcançaram suas independências nos anos seguintes à essa década, por via de acordos – Botsuana, Burundi, Guiné-Equatorial, Lesotho, Malawi, Ilhas Maurícias, Quênia, Ruanda, Serra Leoa, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia – e, outros através de lutas armadas – Argélia, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Zimbábue, Namíbia. Na ótica de Adam *et al* (1981), ao se tornarem independentes, muitos se tornam membros das Nações Unidas e condenam a política expansionista e segregacionista da África do Sul.

As colônias portuguesas – Angola, Cabo-Verde, Moçambique, São-Tomé e Príncipe – alcançaram as suas independências somente em 1975, exceto a Guiné-Bissau que ficou independente em 1973, após uma década de duras lutas armadas de libertação nacional. A Guiné-Bissau proclamou a sua independência unilateralmente em setembro de 1973 pelo partido Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e, no mesmo ano, tal processo foi reconhecido por mais de oitenta países em todo mundo. No entanto, só em 1974, Portugal, antiga potência colonizadora, reconheceu a independência do país em 10 de agosto de 1974. Contudo a data oficial que se considera é a proclamada pelo partido libertador. Chichava (2011) descreve o contexto vivenciado na região e como ele contribuiu para a criação da SADCC:

Foi na necessidade de se precaverem das ameaças destes regimes e encontrar uma plataforma de concertação política que Moçambique e outros países da região, nomeadamente Tanzânia, Zâmbia, Botsuana e Angola, formaram uma organização informal denominada “Países da Linha Frente”, cujo objetivo era isolar politicamente o regime da África do Sul e coordenar esforços para a libertação do Zimbábue e da Namíbia, através de apoios aos respectivos movimentos políticos de libertação (ZAU-PF e SWAPO). Com a libertação do Zimbábue, em 1980, os Países da Linha da Frente encontraram condições para criarem a SDACC (Conferencia de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), tendo como grande missão a libertação econômica da África Austral (CHICHAVA, 2011, p. 14).

Nesse cenário político, surge a SADC: em um período histórico de tensão na África Austral, caracterizado por lutas de libertação nacionais em Angola e em Moçambique contra a colonização portuguesa e, ao mesmo tempo, pela presença de regimes de minorias brancas na antiga Rodésia do Sul,² no Sudoeste Africano³ e na África do Sul, que estava sob domínio do regime do *apartheid*. Dessa forma, percebemos que, para além da superação da situação política criada pela colonização europeia, bem como pela ocupação do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul por minorias brancas, a criação do bloco regional tinha objetivos econômicos de desenvolvimento dos países da região.

2 O Surgimento da SADC

Conforme Murapa (2002), foi a Organização de Unidade Africana (OUA) que, no cumprimento de suas responsabilidades na África Austral, estabeleceu um comitê de libertação liderado pela Tanzânia em 1976. Tal comitê reuniu países – Zâmbia, Botsuana, Angola e Moçambique – que se tornaram conhecidos

2 O território da Rodésia do Sul corresponde à atual República do Zimbábue.

3 Território corresponde à atual República da Namíbia.

como Estados da Linha da Frente (ELF), com o objetivo de apoiar as resistências africanas diante da continuidade da colonização europeia na região.

Dessa forma, os ELF assumiram a responsabilidade de mobilizar apoio internacional para movimentos nacionalistas como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a *Zimbabwe African National Union* (ZANU),⁴ a *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU),⁵ a *South West Africa People's Organization* (SWAPO) da Namíbia,⁶ o *African National Congress* (ANC),⁷ e o *Pan Africanist Congress of Azania* (PAC).⁸

Diante dos conflitos que caracterizavam a região austral de África, os ELF surgem como uma organização com o propósito de libertação política e social da região, bem como de apoio aos movimentos de libertação nacional (MASSANGAIE, 2018). Os ELF ou Países da Linha da Frente (PLF) foram constituídos pelos primeiros países independentes da região austral do continente africano, sendo constituída por Julius Nyerere da Tanzânia, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Seretse Khama do Botswana, Samora Machel de Moçambique e Agostinho Neto de Angola, como uma iniciativa de caráter voluntário, para ajudar os seus vizinhos-irmãos que estavam sob o jugo colonial. Esta ideia iniciou em 1965, mas só foi reconhecida como ELF na década de 1970.

Com as independências de Angola e Moçambique em 1975, após cerca de treze anos de luta armada contra o regime colonial português, os países da região austral do continente africano e da "Linha da Frente" tiveram a iniciativa de criar objetivos que olhassem para a questão econômica, com o intuito de diminuir a dependência em relação à África do Sul, onde vigorava o regime do *apartheid*. Após suas independências da colonização portuguesa, Angola e Moçambique foram governados por regimes socialistas com economias centralmente planificadas, tendo apoio do bloco da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de

4 União Nacional Africana do Zimbábue, na tradução para o português.

5 União do Povo Africano do Zimbábue, em língua portuguesa.

6 Em português, Organização do Povo do Sudoeste Africano.

7 Em português, Congresso Nacional Africano.

8 Congresso Pan Africanista da África do Sul.

Cuba. Seus sistemas de governo consideravam a eliminação dos regimes racistas da África do Sul e do Zimbábue, condição considerada essencial para a paz e a estabilidade na região. A independência de Angola e de Moçambique contribuía para o isolamento político e comercial dos regimes minoritários que governavam a África do Sul e o Zimbábue.

Assim, os regimes segregacionistas da África do Sul e do Zimbábue consideravam os governos de Angola e Moçambique uma ameaça às suas hegemonias, por causa das orientações marxista-socialistas de seus governos, acusados de propagarem o comunismo na região. Iniciam, portanto, uma série de ações visando desestabilizar os governos desses países lusófonos, com ataques militares terrestres e aéreos, bem como com financiamento de movimentos rebeldes em Angola e Moçambique.

O Zimbábue, antiga Rodésia do Sul, foi ocupado pela Grã-Bretanha na década de 1890, no âmbito da Conferência de Berlim, tornando-se uma colônia britânica autônoma em 1923. Com os ventos das independências dos territórios africanos soprando, entre finais dos anos 1950 e início de 1960, a minoria branca, britânica e colonizadora incita movimentos contrários à emancipação do território. Em 1965, o governo de minoria branca, liderado por Ian Smith, declara unilateralmente a independência, mudando o nome do país para Rodésia.

Ian Smith foi um fazendeiro de origem britânica que se tornou primeiro-ministro da então colônia britânica da Rodésia do Sul. Com as independências dos territórios africanos na década de 1960, Smith negocia a independência da Rodésia com a Inglaterra, mas essa negociação é recusada por se tratar de um regime minoritário, branco e racista. Em 1965, Smith toma o poder e declara unilateralmente a independência da Rodésia do Sul, desafiando a população africana nativa e seus movimentos nacionalistas, assim como a Grã-Bretanha e as Nações Unidas, sendo, por isso, alvo de sanções internacionais.

Mesmo com o isolamento internacional e com ações de guerrilha militar promovida pelos movimentos nacionalistas zimbábueanos, Smith se mantém no poder por cerca de quinze anos, pois era apoiado clandestinamente pelo regime do *apartheid* da

África do Sul. Em 1971, os movimentos nacionalistas ZANU e ZAPU iniciam uma guerra de libertação da Rodésia do Sul contra a ocupação colonizadora e com o apoio de Moçambique. Esse movimento de libertação culminaria na independência do país em 1980 e na mudança de seu nome para Zimbábue.

É nesse cenário que, em 1980, é criada a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC),⁹ que substituiu os ELF. Assim, a independência do Zimbábue, em 1980, quando vigorava o regime racista de minoria branca, constituiu o primeiro grande triunfo para os países da SADCC. Chichava (2011) aponta o contexto do surgimento deste bloco regional:

Foi na necessidade de se precaverem das ameaças destes regimes e encontrar uma plataforma de concertação política que Moçambique e outros países da região, nomeadamente Tanzânia, Zâmbia, Botsuana e Angola, formaram uma organização informal denominada “Países da Linha Frente”, cujo objetivo era isolar politicamente o regime da África do Sul e coordenar esforços para a libertação do Zimbábue e da Namíbia, através de apoios aos respectivos movimentos políticos de libertação (ZAU-PF e SWAPO). Com a libertação do Zimbábue, em 1980, os Países da Linha da Frente encontraram condições para criarem a SDACC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), tendo como grande missão a libertação econômica da África Austral (CHICHAVA, 2011, p. 14).

De acordo com o autor, a SADCC é criada em 1980, congregando nove países, nomeadamente: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Seus principais objetivos eram a redução da dependência econômica, particularmente com relação à África do Sul do *apartheid*, e a cooperação entre os Estados membros para balanceamento de suas economias.

9 Países membros da SADCC: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

3 Colonização europeia e Guerra-Fria

Para compreender a gênese da SADC, é necessário tomarmos em conta o período da Guerra Fria. Nos anos 80 do século XX, o mundo vivenciava a Guerra Fria entre as superpotências – Estados Unidos da América (EUA) e a URSS – que repercutiu influenciando o cenário político e econômico dos países do continente africano e da África Austral, em particular. A Guerra Fria foi causada pelo conflito bipolar entre URSS e EUA, que se esforçavam para influenciar os destinos políticos, sociais e econômicos do resto do mundo, a fim de que os demais países do globo seguissem seus sistemas político-econômicos de governo, respectivamente, o socialismo e o capitalismo.

As duas superpotências mundiais saídas da II Guerra Mundial estavam em conflito ideológico e tentavam influenciar política e economicamente o mundo, alimentando conflitos, golpes de Estado e mesmo guerras no continente africano, particularmente na África Austral. Um dos desafios da SADC era encontrar soluções que pudessem contribuir para o desenvolvimento da região.

De acordo com a ótica de Rodrigues (2016), entendemos que o conceito de “Guerra Fria” se refere ao conflito entre os soviéticos e norte-americanos, que nunca se enfrentaram diretamente em termo militares ou qualquer uso de força física. Já Bísio (2015) argumenta que a guerra começou no período após a II Guerra Mundial. Nesse período, aconteceu um dos mais importantes impactos políticos ao nível dos países do “terceiro mundo” – a Conferência de Bandung, na Indonésia.¹⁰ Durante este ato político, as nações que tinham conquistado as suas independências e outras que estavam em vias de obtê-la juntaram-se para tratarem de si e dos problemas que lhes diziam respeito.

Entrementes, o conflito bipolar passa do primeiro mundo e vem mergulhar no terceiro mundo. Na ótica de Jamine (2009, p. 38), a “Guerra Fria se desloca para o terceiro mundo e o continente africano passa a ser incluído como um campo privilegiado de emba-te”. Evidentemente este conflito deixou de ser do EUA e da URSS e passou a ser dos africanos por um determinado tempo.

¹⁰ Conferência de Bandung foi um encontro entre os países asiáticos e os africanos realizado na Indonésia entre 18 e 24 de Abril de 1955, com a finalidade de manter a cooperação econômica e cultural entre os estados afro-asiáticos.

Dessa forma, a região tornou-se o maior palco político e militar da Guerra Fria, com interferências políticas, embargos econômicos, intervenções militares, financiamento de golpes de Estado, etc. A África Austral foi a última região do globo que se viu livre da colonização europeia, para além dos problemas dos territórios coloniais ocupados por regimes minoritários, racistas e brancos da África do Sul, do Zimbábue e da Namíbia. Após a descolonização europeia, da Guerra-Fria e do fim do regime do *apartheid* na África do Sul, iniciava-se uma nova política econômica para a África Austral e para o continente em geral. Assim, em 1992, emerge o bloco regional na África Austral, mudando o seu nome de Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Com a adesão de vários países ao Bloco, foram instituídos vários objetivos como forma de manter a união e a cooperação entre os países da SADC, depois de longos anos de luta pela libertação política e econômica da região. A SADC vivenciou distintas transições e mudou os seus objetivos consoantes os seus desafios: no primeiro momento, em 1970, surge como “Linha da Frente”, a primeira forma de integração regional criada pelos países independentes da África Austral, cuja principal preocupação era o apoio aos movimentos de libertação nacional. Em 1980, torna-se SADCC, virada para questões de crescimento econômico e fim da dependência econômica em relação à África do Sul. Por último, em 1992, transforma-se em SADC, promovendo a paz, a redução da pobreza e a melhoria do nível de vida, bem como fomentando a cooperação nas estratégias político-econômicas.

4 A SADC e o *apartheid*

Durante o período colonial, a África Austral constituiu a região mais tensa do continente. A partir dos anos 70 do século XX, os conflitos da região estiveram ligados à Guerra Fria. A URSS e os ELF apoiavam os movimentos de libertação africanos próximos à sua ideologia, ao passo que os governos de minoria branca na região eram apoiados pelo EUA, temendo que o “comunismo

tomasse conta da região”. Tais disputas levaram a ações militares contra países da região austral de África que, sendo independentes, apoiavam os movimentos de libertação nacional – MLN. Além disso, o intuito do *apartheid* sul-africano era expandir o seu regime na região e, por isso, viam “o comunismo” como um obstáculo. Assim, resolveram enfrentar e combater a ideologia comunista como forma de permitir a propagação política do *apartheid* na região Austral (WYK, 2014).

As duas superpotências influenciaram muito nos assuntos políticos e estratégicos dos países do “terceiro mundo”, ambos sempre desejavam estar acima um do outro. É evidente que esses interesses provocaram desentendimentos, principalmente no caso da África Austral, cujos impactos na região colocaram filhos da mesma pátria em confronto. Exemplos paradigmáticos foram o de Angola e de Moçambique que, logo após a suas independências, em 1975, mergulharam em guerras civis que só terminaram no ano de 1992, em Moçambique, e 2002, em Angola.

Os partidos no poder nesses dois países receberam apoio da União Soviética e optaram pela via socialista de desenvolvimento, logo após as independências. Assim, sofreram oposição política e militar de outros movimentos nacionalistas que optaram por guerras fratricidas dentro dos próprios territórios. A guerra civil moçambicana iniciou logo em 1975 e opunha o Estado e o governo de partido único da FRELIMO, liderados pelo presidente do país Samora Machel e a Resistência Nacional Moçambique (RENAMO), liderada por Afonso Dhlakama.

Antes sequer de terminar a organização e sistematização de construção da nação e do plano de reconstrução nacional, Moçambique teve de desviar parte dos seus recursos para enfrentar uma ação de desestabilização desencadeada pelo regime minoritário da Rodésia do Sul e coordenada pelo regime do *apartheid* na África do Sul. Os ataques militares diretos aos objetivos econômicos e sociais desencadeados contra Moçambique viriam a transformar as ações de desestabilização numa guerra civil, que acabou dilacerando o país por cerca de 16 anos (CHICHAVA, 2011, p. 14).

Após dezesseis anos de conflito armado, milhares de mortos, mutilados, refugiados internos e externos, bem como de destruição de infraestruturas sociais e econômicas, com o país de rastros e ambos os lados cansados da guerra, é assinado um acordo geral de paz entre a FRELIMO e a RENAMO, em 1992, em Roma, na Itália, sob mediação da Igreja Católica.

A guerra civil em Angola também terminou em 1992, com o Acordo de Paz de Bicesse, entre o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), então liderado por José Eduardo dos Santos, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), de Jonas Savimbi, sob mediação da ONU. A negociação para o estabelecimento do acordo de paz culminou com a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias no país. Entretanto, houve discordância em relação aos resultados das eleições, nas quais tanto o MPLA quanto a UNITA reclamavam vitória. Assim, no mesmo ano, houve retorno ao conflito armado que só terminou no ano de 2002, após a morte de Savimbi em combate. Portanto, houve um curto período de paz em Angola, durante o processo das eleições. Ambos os conflitos tiveram influência das duas potências mundiais envolvidas na Guerra Fria, que apoiavam os movimentos de libertação nacional.

Ao falar acerca do MPLA e da FRELIMO, Igor Silva (2017) afirma que esses movimentos assumiram ideologias nacionalistas marxista-leninistas fundamentadas no Estado socialista. Dessa forma, mantiveram como aliados externos a URSS, Cuba e a Alemanha Oriental. Tal apoio dos aliados ajudou os movimentos, não só durante as lutas pelas independências nacionais, mas também no período após as independências e durante as guerras civis, tendo sido fundamentais para a manutenção da soberania de seus territórios diante das investidas de seus opositores, a UNITA, em Angola, e a RENAMO, em Moçambique. Também se torna necessário destacar o apoio soviético ao MPLA, durante a batalha de Kuito-Kuanavale, diante da agressão sul-africana, enquanto que, do outro lado, movimentos como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a UNITA “permaneceram vinculados a identidades particularistas e angariaram apoio de EUA e China” (SILVA, 2015, p. 143).

A Batalha do Kuito-Kuanavale foi o nome dado ao conflito militar que ocorreu no município com o mesmo nome, localizado no sudeste de Angola, na fronteira com a Namíbia, na província do Kuando-Kubango, durante o período da Guerra Fria na região da África Austral e da guerra civil em Angola. O conflito ocorreu de novembro de 1987 a março de 1988 entre o exército angolano (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola - FAPLA), o MPLA e as tropas internacionalistas de Cuba, de um lado, e, do outro lado, as forças armadas do regime do *apartheid* da África do Sul (*South Africa Defence Force - SADF*) e o exército da UNITA. O conflito, que durou cerca de dois meses, também teve o envolvimento das duas superpotências mundiais, EUA e a URSS, que contribuíram com equipamento militar e mesmo pilotos de aviões bombardeiros (CUÍTO..., 2018).

O conflito terminou a 23 de março de 1988, com a derrota das forças armadas do *Apartheid* e a rendição da África do Sul.¹¹ Com a vitória no campo militar, Angola e Cuba exerceram pressão, ameaçando ocupar militarmente a África do Sul, para acabar de vez com o seu regime segregacionista. Acuada, a África do Sul inicia conversações na ONU – com o apoio dos EUA, seu aliado – para evitar a invasão de seu território que, meses depois, culminam com os acordos de Nova Iorque.¹²

A derrota do *apartheid* no campo militar na Batalha de Kuito-Kuanavale foi fundamental para a eliminação do regime de segregação racial na África do Sul e a independência da Namíbia, ocupada pela África do Sul, desde 1915, por meio de um acordo da então

11 Por conta do seu significado político, o dia 23 de março foi institucionalizado como feriado nacional em Angola e considerado dia de libertação da África Austral.

12 Os acordos de Nova Iorque para a Paz na África Austral foram assinados em 22 de dezembro de 1988 entre os governos de Angola, Cuba e África do Sul, na sede da ONU em Nova Iorque, sob mediação dos EUA, com o texto traduzido em três línguas (português, espanhol e inglês). Tais acordos selaram a derrota definitiva do regime do *apartheid* sul-africano na Batalha de Kuito-Kuanavale. Nesses acordos, o regime do *apartheid* comprometeu-se a cessar todo o tipo de agressões, respeitando a soberania dos países vizinhos, cessar a ajuda à UNITA, abandonar a Namíbia concedendo a sua independência, a aplicar as resoluções da ONU e realização de eleições livres e democráticas na África do Sul que abriu caminho para a libertação de Nelson Mandela, então preso político há mais duas décadas e meia.

Liga das Nações. A derrota sul-africana no conflito constituiu uma virada geopolítica na África Austral, abrindo caminho para outros acordos, como: entre o regime do *apartheid* e Cuba, para a retirada de suas tropas de Angola; para o fim da guerra fronteiriça promovida pela África do Sul; acordos de Nova Iorque para a paz na África Austral, assinados na sede das Nações Unidas, para a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Namíbia; para a eliminação do sistema do *apartheid* e consequente redução dos conflitos na região (CUÍTO..., 2018).¹³

Já no próprio continente africano, a UNITA e a FNLA receberam apoio de países da região, como o Zaire¹⁴ e a África do Sul, que forneciam material militar e suporte financeiro. De acordo com Menezes e Penna Filho (2006), neste complexo cenário, a África do Sul e os EUA apoiavam a RENAMO em Moçambique, que também tinha o apoio do regime minoritário branco de Ian Smith na Rodésia do Sul.¹⁵

Observamos que a Guerra-Fria foi um dos fatores externos que provocou desestabilização na região austral, afetando a vida das populações e desfavorecendo a política e a economia dos países. Já a política do *apartheid* da África do Sul pode ser vista como um fator interno, que, com sua ingerência, provocou guerras e desequilíbrio na região.

O cenário da África Austral, portanto, foi marcado por grande instabilidade durante pelo menos trinta anos, de 1960 ao final dos anos 80. Esse período coincide com a Guerra fria e certamente as ingerências da bipolaridade exerceram influência nos rumos políticos da região. Contudo, o fator mais importante de desestabilização regional certamente se encontrava na própria África Austral. Sem embargo, a República da África do Sul, sob governo de minoria branca, foi o principal instigador e financiador dos conflitos

13 A Resolução 435, aprovada em 29 de setembro de 1978, conhecida como “RCSONU 435/78”, propunha ações com vistas ao fim da ocupação sul-africana na Namíbia e ao seu direito à autodeterminação.

14 Zaire, país que mudou de nome para República Democrática do Congo (RDC).

15 País que corresponde ao atual Zimbábue, tendo mudado de nome em 1980, no processo de independência.

internos existentes nos países vizinhos, como Moçambique, Angola e Zimbábue. Os sul-africanos sentiam-se cada vez mais cercados por Estados governados pelos próprios africanos, que haviam feito a opção alinhamento com o bloco socialista- na verdade, as circunstâncias hostis os empurraram nessa direção. A maneira encontrada pela África do Sul foi, então, promover a desestabilização desses países, praticamente inviabilizando os novos governos (MENEZES; PENNA FILHO, 2006, p. 159).

Assim, compreendemos que o *apartheid* sul-africano e a Guerra Fria não só se tornaram fatores de ingerência e instabilidade para a região, durante cerca de trinta anos, mas também contribuíram para o surgimento do bloco da SADC. O *apartheid* representou um dos grandes desafios, pois provocou conflitos nos e entre os países, bem como impedia a libertação da região. Essa situação tornou-se prioridade para os Estados vizinhos e levou-os a unirem-se e a lutar contra tal regime hegemônico. Assim sendo, percebemos que, historicamente, a origem da SADC encontra-se ligada ao período da Guerra Fria e do regime do *apartheid*.

5 Configurações da SADC

De acordo com Murapa (2002), as décadas de 1960 e 1970 são consideradas períodos de transição no continente africano, tendo sido marcadas por revolta política maciça no continente e cujos resultados foram os processos de descolonização e independências de grande número de países. Entretanto, na África Austral, onde a presença dos colonizadores era considerável, houve resistência ao processo de descolonização. Assim, por conta da resistência dos colonizadores, a luta pelas independências assumiu diferentes estratégias, que foram desde negociações políticas a confrontos militares em países como África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue.

O propósito do SADCC era a libertação econômica em toda a região, o desenvolvimento dos países-membros, bem como a criação de maneiras de cooperação em âmbito agrícola, industrial, energético, comercial, do turismo, da mineração e de recurso

humanos (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Porém, essa unidade não se fazia sentir, pois muitos dos países que constituíam o bloco – Malawi, Botsuana, Suazilândia e Lesoto – mantinham relações econômicas com os sul-africanos e eram dependentes da África do Sul (SILVA, 2017). Ainda assim, autores como Cardoso (1991) consideram que a SADC se impôs pela sua eficácia, tendo se tornado a organização econômica de maior sucesso no continente.

Mesmo analisando todos os fatores históricos e políticos apontados como estando na origem da SADCC, é necessário termos em conta a intervenção do ocidente na criação deste bloco regional. Autores argumentam que “a SADCC não foi apenas uma iniciativa dos Estados da Linha de Frente. Ao contrário, houve um encorajamento forte dos países ocidentais que desejavam tornar a região mais ligada ao ocidente” (AMIN *et al*, 1987, p.8 *apud* MOMA, 2012, p. 111).

A SADCC foi criada pelos ELF e, para prosseguir com os seus objetivos de cooperação, foi necessária ajuda financeira externa, pois a “Linha da Frente” não dispunha de condições econômicas para enfrentar o regime do *apartheid* e continuar com o projeto. Acerca desse projeto, Murapa (2002, p. 159) aponta que “durante a década de 1980, a SADCC garantiu, efetivamente, o investimento internacional, particularmente nos setores de transportes e comunicações [...]”.

O bloco regional é conhecido por muitos autores como a primeira forma de integração da África Austral e, mais tarde, se tornou a atual SADC. Internamente, surge após a independência da Namíbia, em 1990, e a queda do regime do *apartheid* na África do Sul. Internacionalmente, “o desmantelamento da URSS abria espaço para instauração de uma ordem liberal que não admitiria a continuidade do regime segregacionista do *apartheid*” (SILVA, 2017, p. 192).

O desmantelamento do Muro de Berlim e o desmoronamento da União Soviética trouxeram mudanças significativas para a região. Nesta linha de pensamento, Rodrigues (2016) afirma que, com a crise político-econômica do bloco socialista em 1980, a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desmantelamento da União Soviética em 1991, a URSS não conseguiu sustentar a competição em nível econômico e militar contra os EUA e seus aliados. Isso levou à sua

desestabilização, dando origem a uma nova ordem internacional capitalista, democrática, liderada pelo EUA, a potência vencedora. Parte dos países da SADC era influenciada pelo socialismo soviético. Após a queda do Muro de Berlim, sem alternativa, esses países adotaram o multipartidarismo e regimes democráticos. Entretanto, tais democracias não se fazem sentir na totalidade.

Assim, com as transformações na região austral de África, na década de 1990 – com a democratização da África do Sul, a libertação da Namíbia e a democratização do Zaire, que passa a denominar-se República Democrática do Congo –, novos membros são admitidos na SADC, passando de nove para quatorze países, a partir da integração da Namíbia, em 1990, da África do Sul, em 1994, das Ilhas Maurícias, em 1995, e, em 1997, das Ilhas Seyshelles e da República Democrática do Congo.

Em 1992, a SADCC muda o seu nome para SADC, num exercício de cooperação econômica, mas não de integração, pretendendo, desta forma, aumentar o comércio intrarregional com os olhos virados para estabelecimento de um mercado comum (CHICHAVA, 2011). Criada em 1992, no tratado de Windhoek, capital da Namíbia, a SADC começou a prosseguir novos objetivos, “através da integração regional - desenvolvimento econômico, alívio da pobreza, promoção e defesa da paz e segurança, melhoria do nível de vida da população, reforço dos laços de afinidade, e outros” (SILVA, 2014, p. 67).

A África do Sul é admitida na SADC no segundo semestre de 1994, após o fim do regime do *apartheid* e a realização das primeiras eleições multipartidárias. Em 1995, as Ilhas Maurícias aderem à organização e, dois anos depois, em 1997, a República Democrática do Congo e as Ilhas Seyshelles são admitidos no Bloco. O último país a ser admitido na SADC foi Madagascar, no ano de 2005 (SCHUTZ, 2016).

A organização constitui um dos maiores blocos socioeconômicos e políticos do continente africano. É reconhecida pela União Africana (UA) e é tida como uma das mais fortes organizações regionais do continente, pois a “SADC enquanto um dos braços para integração africana, a sua união política e econômica é vista

como um dos pilares para o sucesso da integração continental à ênfase da questão da futura União Africana” (JAMINE, 2009, p. 09).

Ressaltamos que as mudanças da nomenclatura do principal bloco da região não foram suficientes para o fim dos conflitos em seus países. Tanto a ELF como a SADCC, durante as suas existências, lutaram para a paz na região, principalmente para o fim do regime do *apartheid*, que era o grande obstáculo. No entanto, não conseguiram manter a paz definitiva: mesmo com a existência da SADC, a região ainda vive com muitos conflitos e desigualdades e a África do Sul ainda continua sendo hegemônica na região.

Schutz (2016) aponta que a década de 90 do século XX constitui um período de mudanças para o processo de integração na África Austral, por conta de diversos fatores, como as mudanças no sistema internacional com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética. Ao mesmo tempo, fatores regionais, como o fim dos regimes minoritários brancos no Zimbábue, Namíbia e África do Sul, alteram as questões políticas e de segurança na região, surgindo oportunidades para maior colaboração nessas áreas. Na ótica desta autora, a SADC não se restringe ao processo de integração econômica, apresentando também vocação para tratar dos problemas políticos e de segurança entre os países membros e passando a se envolver em aspectos de coordenação securitária, mediação de conflitos e cooperação militar.

6 Ameaças ao bloco

Muitos autores consideravam o regime segregacionista do *apartheid* da África do Sul a causa da ameaça do bloco e da região austral do continente africano. Os sul-africanos eram apoiados pelo EUA, pelo regime de minoria branca no Zimbábue (ex-Rodésia do Sul), pelo regime salazarista de Portugal e pelos movimentos de libertação UNITA, FNLA e RENAMO.

Assim, o regime vigente na África do Sul se tornou um grande elemento de instabilidade e criou conflitos em Angola, Moçambique e Zimbábue, países vizinhos e membros da SADCC. No mesmo contexto, de acordo com Menezes e Penna Filho (2006), a região austral de África era definida por uma instabilidade política,

cabendo destacar a África do Sul como o motor e o financiador dos conflitos na região, bem como em países como Angola e Moçambique, onde aquele país interveio nas guerrilhas, apoiando os movimentos opositores – UNITA e RENAMO.

Em Moçambique, a RENAMO derrubava infraestruturas econômicas e sociais e deixava cada vez mais enfraquecida a economia da região. Essa situação de conflitos prosseguia em Zimbábue e na Namíbia, pois eram poucos os Estados da SADCC com capacidade de investimento. Além disso:

Pretória concretizou, especialmente entre 1981 e 1983, seu avanço em ataques militares diretos a Moçambique desencorajar o apoio da força do ANC. Os ataques do período visavam, além da busca por membros do ANC, causar danos à infraestrutura econômica e ao suporte social do regime da FRELIMO. A RENAMO era instrumental como meio de empreender ataques, sobretudo a rotas de transporte que possibilitavam o fluxo de mercadorias da SADCC independente da África do Sul. As pressões gerariam custos que impactariam no início de uma inflexão da estratégia regional moçambicana (SILVA, 2017, p. 247).

Nesta perspectiva, notamos que a RENAMO – com ajuda dos sul-africanos – atacava a FRELIMO, que apoiava o movimento *African National Congress* (ANC) da África do Sul, bem como as rotas de transporte, causando ruínas à economia do país. Tais ataques e instabilidade prejudicavam a cooperação comercial dos países da SADCC que não mantinham dependência econômica em relação à África do Sul, na qual vigorava a política do *apartheid*. Essa ameaça, cada vez mais, aumentava e a região se tornava tensa com a ingerência sul-africana e o bloco procurando meio para tentar acabar com essa hegemonia.

Cabe aqui referir como Silva (2015) relata que, dos países da SADCC, somente Angola encontrava-se economicamente em melhor situação, em comparação aos outros países da região. Particularmente, entre os anos de 1975 e 1988, Angola foi a segunda potência econômica da região depois da África do Sul e, mesmo após esse período, continuou sendo um ator importante na política regional. Entretanto, a política de desestabilidade da região

austral e o regime segregacionista do *apartheid* afetava tanto a região como o continente.

7 Desafios da SADC

Para Zeca (2017, p. 139), “a luta pelos recursos financeiros e naturais, bem como pelo poder político foi o que mais originou o surgimento de diversos conflitos nos e entre Estados na África”. Na região austral, este problema observava-se em Angola, Moçambique e República Democrática do Congo, tendo originado guerras civis, com impactos negativos para as sociedades e economias dos países da região.

Como consequências, emergiram a crise dos anos 1980 e diversos conflitos nos e entre países da região, quase sempre apadrinhados pelo regime do *apartheid*. Assim, os anos 80 do século XX são considerados o período mais tenso na região, não apenas por conta dos conflitos político-militares internos nos países da região, mas também devido às guerras entre Estados e ingerências neocolonialistas de países europeus e dos EUA. O contexto em que a SADC emergia estava encoberto de desafios, dentre eles o *apartheid*. Porém, mesmo após a virada do milênio, no início do século XXI, alguns dos desafios persistiam, como os conflitos internos em alguns países da região.

O bloco da SADC é composto por Estados altamente diversificados em suas condições socioeconômicas e políticas. Embora todos eles se declarem democráticos, bem poucos contêm as instituições que caracterizam as modernas democracias em seus sistemas políticos, como eleições livres e justas, um judiciário independente e imprensa livre. Em muitos deles, a elite governante não tolera a oposição política e pouco respeita o sistema de leis. Em alguns países envolvidos em guerras civis, a busca de ideais democráticos obviamente tornou-se difícil. Pelo menos dois dos Estados membros, Angola e República Democrática do Congo, estão envolvidos em contínuas guerras civis que têm impedido os esforços do governo para exercer a hegemonia política em todo o território nacional. No entanto, em um esforço para alcançar a

integração política, a SADC tem tido um papel cada vez maior na solução de conflitos nesses Estados. A corporação tem assumido a liderança na busca de um desfecho para as guerras no Congo e Angola, bem como para a atual crise política do Zimbábue. Angola, Namíbia e Zimbábue enviaram tropas para oferecer apoio militar ao governo do Congo contra ataques de grupos rebeldes que contavam com o apoio militar e político dos governos do Burundi, Ruanda e Uganda (MURAPA, 2002, p.161).

Dessa forma, Murapa (2002) demonstra que a democracia se constitui em um sistema de governo bastante questionado no bloco da SADC, em alguns aspectos muitos cruciais, como a realização de eleições regulares, transparentes livres e justas, oposição política, liberdade de imprensa entre outros. Este autor acrescenta ainda que os conflitos político-militares constituem principais motivos para retrocessos na luta pela democracia, tendo como exemplos as guerras civis em Angola e na República Democrática do Congo. Tais guerras em geral não permitiam diálogos e dificultavam os ideais de democracia e da própria SADC, que prima pela paz, pela democracia e pela estabilidade na região.

8 Considerações finais

Diante do cenário histórico, político e socioeconômico descrito acima, a SADC é um dos blocos mais antigos e atuantes da África Austral, tendo ressignificado seus objetivos à medida que os alcançava, tendo evoluído e conseguido impor uma agenda regional, em detrimento dos objetivos nacionais.

A SADC vivenciou grandes desafios como o regime do *apartheid*. Com base nas informações encontradas, a SADC teve uma grande evolução no continente africano, começando com a formação dos Estados da Linha da Frente, cuja principal preocupação era a libertação política da região. Durante o período da Guerra Fria, os países do bloco foram financiados pelas superpotências mundiais, as quais influenciaram os seus sistemas políticos e econômicos.

Na década de 1980, com a crise econômica e na medida em que os países da região foram alcançando as suas independências políticas, houve a necessidade de prestar atenção na questão da integração do desenvolvimento econômico. É assim que os ELF criaram a SADCC – uma nova dinâmica, com objetivos de acabar com a dependência econômica dos países-membros em relação à África do Sul, de derrubar o *apartheid* e de tornar a região livre e forte economicamente. Após alcançar seus objetivos primeiros, os países da SADCC decidiram focar em outros, mas sempre levando consigo o propósito do desenvolvimento econômico. Assim, se deu a transformação da SADCC em SADC, um bloco regional, socioeconômico e de cooperação política. Atualmente, o bloco vivencia a ausência de democracia e tem como principais desafios, dentre muitos, acabar com a pobreza, com epidemias e com conflitos.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Y. *et al.* A luta pelo futuro da África Austral: as estratégias de CONSAS e SADC. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 3, p. 65 – 80, 1981.
- AMIN, S; CHITALA, D; MANDAZA, I. **SADCC prospects for disengagement and development in Southern Africa**. London; Tokyo: The United Nations University; Atlantic Highlands, N.J.; Zed Books Ltd., 1987.
- BISSIO, B. Bandung, Não Alinhados e Mídia: o papel da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” no diálogo Sul-Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 21 - 42, 2015.
- CARDOSO, F. SADCC e interdependência na África Austral: realidades e perspectivas. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 10, p. 75 - 106, 1991.
- CHICHAVA, J. Vantagens e desvantagens da integração de Moçambique na integração econômica regional. **Revista Científica Inter-Universitária Economia, Política e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 1, n. 4, p. 11 – 30, 2011.
- CUÍTO Cuanavale: guerra e paz na África Austral. **África Magazine**, Luanda, v. 21, 2018. Edição Especial.
- JAMINE, E. **A integração regional na África Austral: obstáculos e oportunidades (1980 - 2008)**. 2009. 199 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MASSANGAIE, A. Moçambique no processo de integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 23 – 55, 2018.

MENEZES, A.; PENNA FILHO, P. **Integração regional**: blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MOMA, J. Reconsiderando as origens da construção do regionalismo na África Austral, trinta anos depois: Por uma leitura construtivista das origens da SADC. **Janus.net**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 109 – 121, 2012.

MURAPA, R. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica. **Impulso**, Piracicaba, n. 31, p. 155 - 164, 2002.

PEREIRA, A. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, J. R. (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 139 - 157.

_____. **A revolução sul-africana**: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional? São Paulo: UNESP, 2012.

RODRIGUES, T. **Relações Internacionais**. 3. ed. Florianópolis; Brasília: UFSC; CAPES; UAB, 2016.

SCHUTZ, N. A integração securitária na África Austral: a SADC e o OPDS. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 223 - 242, 2016.

SILVA, I. **Política externa da África Austral**: guerra, construção de estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia). Porto Alegre: CEBRÁFRICA - UFRGS, 2017.

_____. Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 139 - 172, 2015.

SILVA, L. **O papel das organizações regionais africanas no desenvolvimento da democracia**: o caso da SADC. 2014. 150 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Universidade de Évora Escola de Economia Departamento de Relações Internacional, Évora, 2014.

WYK, J. A. van. O programa nuclear da África do Sul do apartheid e seu impacto na África Austral. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 117 - 139, 2014.

ZECA, E. Organizações regionais e processos de prevenção, gestão e resolução de conflitos em África: experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 191 - 226, 2017.